



Dulcina Guimarães Rolim ()*

***Eschola Publica: “Res, Non
Verba”. Um estudo sobre a
revista Eschola Publica —
1893 — 1897***

(*) Professora de Didática da Universidade
de Sorocaba — UNISO. Mestranda pela Faculdade
de Educação — USP



RESUMO

O presente trabalho constitui-se num estudo da revista "Eschola Publica", editada no período compreendido entre os anos de 1893 e 1897. Fruto do ideário republicano e circulando logo após a proclamação da República, a revista tornou-se muito mais do que um manual prescritivo de lições de pedagogia para, intencionalmente, transformar-se em veículo de formação do pensamento democrático republicano. Analisa-se neste artigo a inserção do periódico naquele momento histórico peculiar, utilizando-se da fala de historiadores e editorialistas da própria revista, detendo-se também em alguns tratamentos didáticos dispensados ao ensino de Português.

ABSTRACT

This article consists of a study of the magazine "Eschola Publica" edited between 1893 and 1897. Born from the republican ideal and diffused right after the Proclamation of the Republic, this magazine came to be more than a prescriptive manual of pedagogical lessons for, purposely, becoming a means to mold the republican democratic thought. The insertion of the periodical into that peculiar historical moment is analyzed in this article in which the speech used by historians and publishers of the magazine is presented and emphasis on some methods used in teaching Portuguese is given

I — INTRODUÇÃO

Se alguma vez foi verdadeiro o preceito — *res, non verba* — é esta a ocasião de demonstrá-lo. Uma grande lei e uma grande aplicação. Enquanto outros cogitam de traçar no papel uns detalhes talvez muito sábios, mas mui provavelmente inexecutáveis, São Paulo pôs mãos deliberadas na formação dos moldes e em poucos meses apresenta o resultado do seu esforço (Caetano de Campos, in Escobar, 1933, p.172)

A revista "Eschola Publica" oferece palpitante material de estudo ao pesquisador interessado em reconstituir o momento histórico educacional que o periódico espelha por excelência. Fruto do ideário republicano e circulando logo após a proclamação da República, a "Eschola Publica" foi muito mais do que um manual prescritivo de lições de pedagogia, escrita por professores influenciados pelo movimento Escola Nova. A "Eschola Publica" constituiu-se, intencionalmente, em veículo de formação do pensamento democrático republicano uma vez que se acreditava, ainda que romanticamente, que uma democracia fortalecida dependia, inexoravelmente, da formação de cidadãos, via uma escola pública competente para tal. E era preciso, antes, formar seus professores. Ensinar-lhes não só como exercer sua prática, mas formar-lhes a consciência de classe, valorizar-lhes o trabalho e o salário e, em contrapartida, devolveriam ao país cidadãos intelectual, moral e civicamente bem formados.

Neste sonho, certamente, se fizeram ausentes os inúmeros interesses econômicos e políticos das oligarquias que se revezavam no poder e que obstaculizavam ostensiva ou sutilmente o alcance dos nobres objetivos daqueles republicanos, através de políticas econômicas e sociais incompetentes. Apesar disso o Estado de São Paulo, naquele momento, mais privilegiado econômica, social e culturalmente, foi quem melhor respondeu aos anseios democráticos republicanos. A criação da revista "Eschola Publica" foi um marco desse interesse pela Educação, segundo o princípio ação e não palavras — "*res, non verba*" — conforme Caetano de Campos, em discurso proferido em 1890. Outros periódicos do mesmo gênero antecederam a revista sem lograr êxito quanto às expectativas de organização do campo educacional paulista, ainda que incipiente, com a força que a "Eschola Publica" o fez.

As possibilidades de análise do periódico são inúmeras. Neste artigo, pretendemos divulgar um estudo preliminar e geral da revista nos aspectos que julgamos mais instigantes. Assim, num primeiro instante, optamos por verificar a inserção do periódico como consequência daquele momento histórico e político e, para tanto, nos utilizamos da fala de historiadores e editorialistas da própria revista. Tratamos, num segundo momento, dos assuntos inerentes à composição, objetivos e ciclo de vida, embasando-nos, principalmente nos editoriais. Numa terceira instância, mostramos alguns procedimentos didáticos nos assuntos relacionados com Português: alfabetização, gramática, literatura e leitura. Considerando o espelhar e o refletir, concluímos o trabalho.

II — O PERÍODO ÁUREO

Com a instauração da República em 1889, os então republicanos, acreditando na consolidação do regime, via uma escola pública forte e competente, não mediram esforços no sentido de voltarem suas atenções à educação escolar, tão mal assistida pelo Império. Tentando afirmar-se como modelo político efetivamente identificado com os interesses democráticos, a Constituição Republicana apressa-se em acentuar a descentralização administrativa da Educação já garantida, ao menos teoricamente, pelo Ato Institucional de 1834. Assim, sob a influência de princípios federalistas, a então Constituição de 1891 atribui aos governos estaduais a organização e a manutenção do ensino elementar, enquanto à União coube criar instituições de ensino secundário e superior o que, conseqüentemente, veio agravar a situação educacional dos estados mais pobres. Tal situação não ocorreu no Estado de São Paulo, graças não só à expansão da sua lavoura cafeeira, como à sua política imigratória e industrialização recentes permitindo-lhe, portanto, situação econômica privilegiada e podendo realizar uma reforma educacional à altura dos ideais da República, ora nascente.

Referindo-se às condições de vanguarda do Estado de São Paulo, Caetano de Campos, por ocasião de sua nomeação, em 1890, para Diretor da Escola Normal, aproveitava para elogiar o então governo de Prudente de Moraes: **Cabe ao Estado de São Paulo inegavelmente a honrosa precedência de haver criado a primeira escola pública no ensino reformador. É fato histórico da nossa restauração mental que deste fértil torrão partiu o grito de alarma para a reforma dos velhos tipos de ensino** (Escobar, 1933, p. 172).

É inequívoco que, com o deslocamento do centro econômico do país para o Estado de São Paulo, este consegue constituir com maior solidez seu sistema de ensino, é “em São Paulo que se tornou mais viva a consciência de que, para

ser senhor da juventude, é preciso ser senhor dos educadores e cuidar, portanto, da formação dos mestres" (Azevedo, 1976, p.141). O curso de formação de professores passou a ser, a partir de então, a "menina dos olhos" dos reformistas, que viam nele as condições ideais de formar os futuros docentes da República e os que se encontravam em exercício.

A revista "Eschola Publica" surge justamente no propalado "período áureo" (Oliveira, 1932, p.5) da instrução e educação no Estado de São Paulo, quando acontece a reforma de 1893: uma Escola Normal para a formação de professores secundários, uma Escola Complementar para professores primários, uma Escola Modelo e um Jardim de Infância. Neste clima de euforia cívica, a circulação da revista "Eschola Publica" representou a concretização dos anseios de eminentes educadores republicanos na formação, ainda embrionária, do campo profissional docente. No seu sétimo número, de 1º de fevereiro de 1894, os editorialistas sinalizam tal importância do periódico:

(...) imprimimol-a e distribuimol-a á quasi totalidade do professorado apellando para seu valioso concurso moral e material, afim de que o Estado de São Paulo, tão glorioso em todas as espheras da actividade humana, não ficasse na rectaguarda no que dis respeito á instrução publica e possuisse uma folha pedagogica. E a parte sã dessa corporação educadora nos respondeu com um BRAVO! Temos esse orgulho.

Indubitavelmente, a "Eschola Publica" surgia da necessidade de se publicar um periódico com a finalidade de orientar os professores do Estado de São Paulo, introduzindo-os não só no clima de entusiasmo pedagógico como na mobilização docente em torno das idéias republicanas e da revolução educacional pretendida. Assim, ao longo dos dezenove números da revista, divididos em dois períodos — julho/1893 a junho/1894; março/1896 a dezembro/1897 — observa-se o desenvolvimento prescritivo de atividades segundo o método intuitivo. Atividades estas que deveriam ser tomadas como modelo pelo professorado, assim como a preocupação com a sua formação filosófico-metodológica, na tentativa de arregimentá-lo em direção à unidade profissional, tanto de pensamento quanto de ação democrática, condizentes com o período que se instaurava:

É preciso não deixar morrer a Eschola Publica: insta que todos corramos a amparal-a, animal-a, a vivifical-a; que nos aggremiemos, que nos arregitemos (...) Unamo-nos, façamos convergir nossos esforços para um escôpo bello, radiante, luminoso: ergamos a instrucção publica do seu incrível abatimento, patrocinemol-a, tornemol-a verdadeira, real, concreta; eduquemos a creança (...) Animo, camaradas! Avante, companheiros! (do leitor Arthur Raggio Nobrega, in número 2, Editorial).

Podemos afirmar que a revista "Eschola Publica" é a primeira publicação efetiva do gênero a pretender formar um perfil de professor e universalizar um trabalho pedagógico e, em conseqüência, contribuir para organização do campo profissional docente segundo a concepção de P. Bordieu: "Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos, das disputas etc" (Bordieu, 1983, p. 89). Assim, no número seis, os editorialistas enaltecem os professores "bem intencionados" que compreenderam os objetivos da revista: "Bem recebida por todos os professores e professoras bem intencionados, foi mesmo para elles que escrevemos, porque elles entendem o que seja ensinar, e por isso mesmo podem conscientemente ser nossos juizes e avaliar qual o valor intrinseco do nosso trabalho."

Para a pesquisadora Denice Barbara Catani (1989), a revista "Eschola Publica" constitui-se num espaço inserido na educação pública do Estado de São Paulo quando professores começam, mais organizadamente, a articular seu espaço profissional consolidado com a fundação da Associação Beneficente do Professorado Público e que passa a editar a Revista do Ensino. A revista "Eschola Publica", segundo exposição da pesquisadora, sinaliza "... algumas marcas do processo que então se desenvolvia para constituir e delimitar o terreno específico de discussões, iniciativas, criação de normas e produção de trabalhos propriamente pedagógicos, aqui em São Paulo..." (p. 35). Outras iniciativas, veiculadas pela revista, também acabam por demonstrar como o campo educacional paulista ora se organizava: criação de escolas, conferências, congressos e publicação de livros didáticos.

Das finalidades da "Eschola Publica", que se destinava à divulgação dos métodos empregados na então Escola Modelo, o Prof^o João Lourenço Rodrigues escreve:

Em suas páginas póde-se encontrar a melhor demonstração do seu labor profícuo, da segurança de suas vistas e simultaneamente do seu desinteresse. Elles punham á disposição dos collegas de fóra, com o mais nobre desprendimento, os resultados da sua pratica methodologica, das suas observações, das suas experiencias; são modelos suggestivos para lições de linguagem, arithmética, de sciencias naturaes, etc" (Rodrigues, 1930, p. 320).

Quando da circulação do primeiro número da revista, Oscar Thompson, A. R. Alves Pereira, Joaquim de Sant' Anna e Benedicto Tolosa revelam, no editorial, seus objetivos: "Uma revista pedagógica é uma necessidade palpitante em nosso meio dizem. Pois bem, nós vamos ensaiar uma revista

que satisfaça essa necessidade". Explicitamente a revista difundia pensamentos pedagógicos de alguns educadores europeus e americanos, como Pestalozzi e Froebel:

Data daí a introdução da metodologia norte-americana. Pela 1ª vez nas escolas primárias brasileiras, se aplicou o método analítico de leitura; o ensino intuitivo nas várias matérias, os aforismos de Pestalozzi e os ensinamentos de Froebel se inauguram entre nós, a ginástica animava as classes; foi uma verdadeira aurora em nossa evolução pedagógica (Escobar, 1933, p. 170-171).

Para analisar a contribuição da revista no que concerne à constituição do campo educacional paulista, naquele momento histórico e político peculiar, é preciso reportar-se a algumas considerações. A primeira delas é a condição de descaso a que o Império delegou a educação pública elementar, não só quanto ao número de escolas e condições materiais de ensino, mas principalmente quanto aos cursos de formação de professores e à irrisória remuneração de docentes. Assim, José Ribeiro Escobar, em seu "Histórico da Instrução Pública Paulista", descreve o quadro caótico do ensino em 1873:

Sendo a população livre de 825 000 almas e a escrava de 75 000, total 900000, havia uma escola para quasi 1 800 habitantes, quando na França, Itália, Inglaterra, Holanda, Bélgica, a relação era 1:500, na Alemanha 1:300, nos Estados Unidos 1:160 (...) o programa era o mesmo de 1846, só tendo a mais o sistema métrico. E os alunos saíam da escola mal sabendo ler, devido à desídia e a falta de preparo dos mestres e instalações adequadas" (1933, p.167).

A segunda consideração diz respeito às condições psicossociais dos mestres, que, embora já contando à época da publicação do periódico com a reforma mais sólida da Escola Normal, após anos de abre e fecha, ao sabor das intenções políticas do momento, ainda continuam mal assistidos em sua formação pedagógica e salarial. Era preciso, portanto, agora que a República se efetivara, começar a se organizar, instaurar o entusiasmo e a esperança pela Educação, exaltar as luzes, despertar os adormecidos, sensibilizar o poder governante. Tais eram os propósitos mais sinceros dos republicanos que viam, na melhoria das condições educacionais, o caminho mais seguro para a democratização efetiva porque:

A República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. A República proclamada recebe assim um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação (Nagle, 1977, p. 261).

Na verdade, os republicanos superestimavam o poder da educação, acreditando que, ao regenerá-la, estariam construindo o cidadão ideal para a República. Esta era, na verdade, uma visão romântica, pois o descaso para com o planejamento educacional do país era um problema mais complexo, uma vez que derivava do descaso de uma oligarquia poderosa que dominava e obstaculizava qualquer tentativa de emancipação político-econômica. E uma política educacional comprometida com as classes populares representava uma séria ameaça. Foi assim no Império e continuou sendo na República; no entanto, os republicanos consideravam que tal situação só perdurava pela

incultura reinante no país: as oligarquias só podem ser combatidas pelo esclarecimento que a educação proporciona, pois elas se sustentam graças à ignorância popular; fruto da falta de patriotismo e da ausência de cultura prática ou de formação técnica, as dificuldades econômico-financeiras são eliminadas por virtude da educação (Nagle, 1977, p. 263).

Os republicanos que editavam a “Eschola Publica” desconsideravam os menos românticos, que ocupavam altas esferas do poder político e que constituíam, certamente, a oligarquia se alternando. Assim, em seu quinto número, a “Eschola Publica” enaltece o suposto pleno poder da instituição escolar na reforma da sociedade afirmando que:

A Republica encontrou um povo de analphabetos e na pequena porcentagem dos alphabetados reina a maxima insipiencia das leis civicas e moraes, o mais negro desconhecimento e desrespeito a tudo quanto é para engrandecimento intellectual do povo (...) é mister construir, construir sempre, estando seu principal merito em levantar das ruinas, os nossos edificios que hão de abrigar as crianças desejosas de luz (...) assim, com caracter apostolico, os nossos funcionarios poderão elevar o nivel social da nossa classe, e mostrar á sociedade que ha nella lampejos vivissimos de brio e patriotismo!!

III — MUITA LUZ: OS EDITORIAIS

Situando-se neste eufórico momento histórico, pós Proclamação da República, o que podemos observar, ao analisar a revista “Eschola Publica”, é que, ao instituí-la como instrumento do pensamento pedagógico republicano, desconsiderou-se a tal ponto o pensamento divergente, que passaram a ser considerados sadios e leais somente os que comungavam com as idéias propaladas pelo periódico.

Assim o grupo de festejados professores da Escola Normal, que se supunham os mais representativos do pensamento pedagógico do momento, con-

sideravam os docentes irmanados aos seus ideais "como a parte sã dessa corporação educadora" (nº 7, 1894) ou a revista "... como único baluarte em nosso Estado, onde devem abrigar-se todos os combatentes leais pela regeneração social de nossa estremecida Patria ..." (Tolosa, nº 5, 1893). Em decorrência, tenta universalizar procedimentos metodológicos, muitas vezes incompatíveis com as variadas realidades escolares dos professores aos quais se destinava a revista. Tais procedimentos devem ter, certamente, desencadeado alguns conflitos não explicitados pelo periódico e que podem ter influído em sua primeira interrupção abrupta de mais de um ano. Tanto é que em sua retomada, na segunda fase, os editorialistas justificam no primeiro número o fato de que

"na sua primeira phase era a Eschola Publica redigida por pequeno grupo de professores, os quaes, não obstante a sua conhecida competencia e decidida dedicação á nobre causa do ensino, não conseguiam em virtude do incalculavel dispendio de tempo que demandam trabalhos dessa natureza, imprimir o desenvolvimento que elles mesmos, em outras circunstancias, lhes poderiam ter dado ..."

Porém, no editorial do último número, prometendo que os próximos seriam reestruturados, os editorialistas choramingam as incompreensões de alguns segmentos para com as "despretenciosas paginas da revista (...)":

a imprensa diaria (...) isso a que chamam a mais poderosa alavanca do progresso, isso a que José de Alencar denominou a toalha em que a civilização todas as manhãs enxuga o rosto, se algum dia folheou as despretenciosas paginas da nossa revista, foi para critical-a acerbadamente, em chalaças de garotos (...) a intenção não foi compreendida, o trabalho foi inutil (...) alguns devolveram a Eschola Publica (...) outros foram mais francos: disseram que ser professor não era meio de morte, mas sim de vida!

Imbuídos de organizar material e metodologicamente a Instrução Pública, construindo escolas, adquirindo equipamentos pedagógicos, capacitando docentes para o exercício do magistério, os idealistas republicanos, às suas expensas, lançaram o então periódico que começa a circular com uma tiragem de mil exemplares. Conclamando em seus editoriais: "luz, luz, muita luz"; arregimentando docentes para a causa democrática e idéias pedagógicas renovadas; prescrevendo atividades didático-pedagógicas; organizando, ainda que timidamente, o campo educacional para que os professores se fizessem ouvir pelos órgãos governamentais — eis a tarefa árdua e pertinaz desses novos educadores republicanos, mediados pela "Eschola Publica" como o instrumento mais eloqüente de suas vozes.

A revista notabilizou-se por dois períodos característicos. O primeiro é composto por onze números, sob o título "Eschola Publica — Pedagogia Prati-

ca” e circulou de julho/1893 a junho/1894, sendo mantida por seus fundadores: Oscar Thompson — Diretor da Escola Modelo, B. M. Tolosa, Joaquim de Sant’ Anna e A. R. Alves Pereira, professores da Escola do Carmo. Estes, pelas suas posições no magistério paulista, constituíam-se em pessoas qualificadas para dirigir um periódico que desse conta dos mais avançados métodos de ensino e, também, se fazerem respeitar nos mais altos escalões de poder da República¹.

No segundo período, reiniciado em 1896, a revista “Eschola Publica” passa a ser editada em oito livros “pelo menos de 64 paginas” (nº I, 1896) e gerenciada “por doze effectivos, dos quaes se destacará, de seis em seis mezes, uma commissão de tres membros para a gerencia da revista, e dos professores em geral, que nos quizerem honrar com seus artigos” (nº I, 1896). Assinam o editorial: João Borges, René Barreto, Pedro Voss, Aristides de Castro, Joaquim de Brito, Arnaldo Barreto, Romão Puiggari, Ramon Roca, Alfredo Bresser, Benedicto Tolosa, Oscar Thompson, Joaquim de Sant’ Anna, justificando que “o acolhimento benevolo que teve a ‘Eschola Publica’ na sua primeira phase, não só pelos distinctos collegas, como pelo Governo (...) animou-nos a continuar a sua publicação de modo mais amplo como requer e exige o desenvolvimento progressivo de nossa instrução publica”. Mais adiante, no mesmo editorial, elenca o conteúdo que pretendiam desenvolver:

alem da parte pedagogica, puramente de methodologia pratica, contem a revista: gravuras, cantos escolares com a respectiva musica, litteratura infantil, curiosidades scientificas, noticiario, criticas bibliographicas, encaradas apenas pelo valor didactico, e um Pantheon Escholar, do qual farão parte os vultos mais eminentes do mundo pedagogico, que se tenham dedicado ao sacerdocio do ensino

E solicitam também “a collaboração de todos os professores, de todos os homens de lettras que se interessam pelo futuro das escholas primarias, que é o futuro da Patria”

Ao mesmo tempo em que a revista se preocupa em não impor sua direção: “pensamos não haver a menor duvida de que o fim da Eschola Publica seja impor qualquer theoria, mas sim, auxiliar aos colegas” (nº III, 1896), enfatiza

1 No hiato compreendido entre o primeiro e o segundo período, é editado um modelo condensado da “Eschola Publica” contendo os principais artigos publicados até então. O volume impresso pelo Governo tem uma tiragem de 1500 exemplares e se intitula “Ensaio de Pedagogia Pratica”, apresentando como prefácio: “resolvemos formar um livro com os artigos publicados n’ A ‘Eschola Publica’, servindo-lhe de prefacio o editorial do primeiro numero dessa folha...”.

o desejo de que o ensino seja metodizado: "queremos concorrer para o desenvolvimento da instrução no Estado de São Paulo, queremos que a methodisação do ensino seja uma realidade" (nº IV, 1896). Patriotismo, civismo, magistério como sacerdócio, são conclamações freqüentes dos editorialistas: "Professores, amantes do nosso sacerdocio, queremos concorrer para o desenvolvimento da instrução no Estado de São Paulo" (nº IV, 1896).

Consta, desta segunda fase, o recebimento de subsídios oficiais por duas vezes: nºs II e IV. Nos seqüentes não há menção de ajuda oficial e, talvez por isso, tornam-se visíveis algumas mudanças na revista. Assim, não há mais editoriais a não ser no último número; há repetição de lições e a supressão de algumas seções. O último número, assinado por Joaquim Luiz de Brito, Ramon Roca, René Barreto, expressa no seu editorial que "quem conhece o que é imprensa e principalmente imprensa pedagogica, poderá avaliar a soma de sacrificios, a dedicação e a energia que despendemos para conseguir a manutenção da nossa modesta revista durante esse lapso de tempo" e a título de conclusão que "no proximo anno pretendemos realizar uma reforma nesta revista, de modo a tornal-a, si possivel fôr, mais pratica, de utillidade ainda mais real do que até agora tem sido" (nº VIII, 1897). E a revista "Eschola Publica" não mais circulou.

IV — UM POUCO DE LINGUAGEM NA "ESCHOLA PUBLICA"

Sob o título "Um pouco de Linguagem", B. M. Tolosa, professor da Escola Modelo, assina do primeiro ao sexto número da 1ª fase da revista. Constituem-se em procedimentos descritivos de como ensinar gramática, assim "em cada lição serão repetidas escripta e oralmente as noções dadas, até que as regras se apresentem ao espírito da creança como uma necessidade palpavel, que ella reconheceu na pratica destes ligeiros ensaios de linguagem" (nº 3, 1893). Os ligeiros ensinamentos não prescindem de reflexões sobre o ideário democrático como superação de todas as dificuldades metodológicas quando ele escreve que "um pouco de amor, porém, pela missão, um pouco de amizade pelas pequeninas cabeças que nos escutam, e bastante patriotismo e zelo pela linguagem materna, elo sublime de toda uma patria e lá se vão de vencidas muitas difficuldades" (nº 4, 1893). As lições são apresentadas seqüencialmente e completam-se número por número, ao longo das publicações. Os utilizadores do método intuitivo, tão propalado pela Escola Modelo, mostram-se verdadeiramente convencidos dos seus resultados positivos e esforçam-se para convencer os descrentes, uma vez que a criança aprende

a pensar, a refletir sobre o mundo externo, a compreender o seu próprio moral (...) as suas sentenças são singelas, pequenas, mas bem combinadas, e apresentam em geral uma precisão quasi irrephrensível no emprego das palavras (...) as ideias sugerem-lhes palavras proprias, termos exatos e as palavras despertam-lhes sentenças que sempre exprimem um facto real observado pelas creanças, ou as vezes factos imaginarios, mas que cabem no dominio do possível (nº 6, 1894).

Do sétimo ao décimo primeiro número sob o título de “Leitura Intuitiva” e “Linguagem em Lições de Cousas” A. Pereira assume a responsabilidade pela assinatura dos textos. Coloca nas introduções de seus trabalhos o aforismo de Pestalozzi: “primeiro a syntese, depois a analyse. Não a ordem do assunto, mas sim a ordem da natureza” e enfatiza o método intuitivo da leitura, escrevendo que “na leitura intuitiva a creança lê o que entende, ao passo que tal não acontece no ensino pelos outros processos”. Aconselha que “sempre que for possível apresente a classe a cousa de que se vai tratar a lição. Muna-se o professor de estampas e desenhos que representam o objeto” (nº 7, 1894). A “Linguagem em Lições de Cousas” constitui-se numa série de conversas que o professor mantém com a classe, visando enriquecer-lhe o vocabulário. Temas como nome de pessoas, lugares, órgãos dos sentidos, vestuário, natureza, familiares etc são abordados, mas deve-se tomar cuidado “para se obter de seus alumnos as palavras bem pronunciadas e sentenças corretas e completas, não só nesta aula, como em todas as outras” (nº 9, 1894).

Algumas recomendações foram feitas por A. Pereira sobre alfabetização como, primeiro, adotar “um livro qualquer de solethração (...) que tragam modelos para escripta tais como: Methodo do Dr. Freire, Primeiro Livro dos Profs. Sabino e Cunha ou a Cartilha do Hilario”. O professor trabalhará individualmente com as crianças nas primeiras lições. Nas demais “pode encarregar do ensino a um monitor, isto é, um alumno cujo desenvolvimento o torne digno da confiança do mestre”. Distribuir, a seguir, cartões com as letras bem salientes e fazer com que o aluno procure “lethras das palavras conhecidas e a dispolas em ordem”. Este exercício “auxilia na delethração” (nº 11, 1894). Em número anterior já havia ensinado como passar de letra de imprensa para cursiva, argumentando que “não é difficil uma vez aprendida a forma graphica da palavra manuscrita, ensinar a da imprensa. Escreva-se um certo numero de palavras manuscritas e por baixo de cada uma, a sua representação em caracteres de imprensa” (nº 9, 1894).

Em sua segunda fase a revista passa a descrever atividades de “Leitura Expressiva”, assinadas por Ramon Rocca, “Literatura Infantil”, por R. Puiggari, “Ensino da Gramática” por Alfredo A. Freitas e a explicação da “Cartilha das

Mães” por seu autor Arnaldo Barreto. Escrevendo sobre “Leitura Expressiva”, Ramon Rocca justifica que “ao lêr, deve-se estar convencido do sentimento que animou o escriptor, para lhe darmos a mais exacta expressão. Podemos dizer que o tom de voz deve ser aquelle que nos inspiraria o sentimento que queremos traduzir, e que devemos transmitir aos ouvintes” (nº II, 1896) e que uma boa leitura expressiva depende primeiro de “um livro cujas paginas não fallem ao sentimento, ao coração, não é o mais adequado para conseguir uma leitura expressiva” (nº I, 1896) e, em segundo lugar, da compreensão como fator decisivo porque: “sem a perfeita comprehensão não há boa leitura” (nº IV, 1896).

Arnaldo Barreto (nº I, 1896) escreve sobre o método de alfabetização, de sua autoria, desenvolvido pela “Cartilha das Mães”, que foi adotada nas escolas públicas do Estado de São Paulo. O autor trata do método e da utilização da cartilha, condenando o “antigo systema dos syllabarios”. Estava referindo-se, muito provavelmente, ao método de alfabetização de João de Deus, que, segundo Rodrigues (1930, p. 123) “veio desbancar a obsoleta aprendizagem por meio da soletração”. Barreto justifica que a “Cartilha das Mães baseia-se no mais sabio aphorismo de Pestalozzi — Não ensinar as creanças aquillo que ellas por si puderem aprender”. Em cada lição, havia duas gravuras, sendo que embaixo encontrava-se o nome do objeto retratado e realçada, em caracteres vermelhos, a sílaba que vai ser objeto da lição sendo que “imediatamente, em linha horizontal, vem as cinco syllabas classicas (a e i o u), isoladas: depois combinadas em palavras, mas destacadas pelas cores, e finalmente, as palavras em pequenas historias”. O autor justifica seu método como “analytico — synthetico” partindo “do elemento mais simples — a syllaba, para o mais complicado — a historia”

No “Ensino da Gramatica Portugueza” nas Escolas Preliminares, Alfredo de A. Freitas descreve a didática mais adequada, justificando que “o Portuguez, como todas as linguas neolatinas, é de difficil aprendizagem e ainda de mais difficil ensinamento” (nº I, 1896). Ele entende que o seu ensino deve ser iniciado pela “Morphologia” e “nascer entre os alumnos do 3º anno (...) porque é ella a alma da linguagem, porque é nella que se encontram as palavras, que quotidianamente e sempre são empregadas na transmissão de nossos pensamentos, na representação de nossas idéas (nº I, 1896).

Ao nos reportarmos ao ano de 1883, três anos após a reabertura da Escola Normal, a Didática de Português do Dr. Antonio da Silva Jardim — professor concursado para a cadeira de Português — muito provavelmente influenciado por modelos franceses (Chervel, 1990, p. 216) inova o ensino da língua porque

“queria que seus alumnos puzessem de lado as preocupações da gramatiquice esteril e concentrassem o melhor do seu esforço em ensaios de produção litteraria” (Rodrigues, 1930, p. 122). Introduziu em suas aulas leituras de jornais, execícios de leitura oral, interpretação de textos “com a apreciação das bellezas litterarias nelle contidas” (idem) e publicou um folheto sobre o ensino de Português. Estes procedimentos pedagógicos já teriam sidos assimilados pela Escola Modelo e Normal, quando da publicação do periódico e traduzidos por lições prescritivas, popularizando o aforismo “a grammatica se aprende pela lingua e não a lingua pela grammatica” (Oliveira, 1932, p. 12).

A “Literatura Infantil” de R. Puiggari é justificada pelo seu autor: “desejamos que as creanças tenham leitura farta, mas leitura que lhes desperte o gosto pelas lettras, leitura que lhes fale ao coração” (nº I, 1896). Histórias, textos, poesias, hinos compõem a seção. O autor revela orgulhar-se muito de seus colaboradores: D. Zalina Rolim, Luiz Galvão de Moura Lacerda, Augusto dos Reis.

V — CONCLUSÃO: O ESPELHAR E O REFLETIR

Ao dar conta de ser o primeiro periódico do gênero a contribuir, mais efetivamente, para a organização do campo profissional docente do Estado de São Paulo, a “Eschola Publica”, mais do que uma revista prescritiva, converteu-se no símbolo de uma época histórica marcada pelo espírito revolucionário das idéias republicanas, procurando firmar-se, pela educação, no cenário político nacional. A década de 1920, tão exaltada pelos pioneiros da Escola Nova e igualmente festejada por expoentes das idéias renovadoras e seus simpatizantes, não foi senão a eclosão de um movimento gestado a partir da Reforma de 1891, que cumulativamente, quase anônimo, foi se construindo e se articulando até o seu ponto culminante. Na verdade, as luzes de 1920 aconteceram porque clareadas pela efervescência da década de 1890. Dessa forma, a importância da “Eschola Publica” para a História da Educação Brasileira reside não só na peculiaridade deste momento do seu aparecimento, como também na curiosidade em relação ao seu conteúdo, o que marcou concretamente o pensamento pedagógico da época, espelhando-o e, mais do que isso, refletindo-o e contribuindo não só para a gestação de outros periódicos como, principalmente, para a pontificação do ser professor.

Assim, nas páginas da “Eschola Publica” testemunhamos a emissão de conceitos político-filosóficos subliminares, ou não, reveladores e perpetuadores de expectativas profissionais arraigadas no imaginário docente e também na

sociedade, que expressam a cultura escolar e que vêm obstaculizando o sucesso de movimentos de professores da escola pública, ainda que absolutamente legítimos. Dessa forma, podem ser traduzidos em sentimentos de moralidade religiosa, obediência, superficialidade, ingenuidade, subserviência, civismo pueril, baixa estima, as concepções da atividade docente como sacerdócio; de divulgar modelos pedagógico-didáticos universalizantes; de se afastar de discussões filosófico-metodológicas mais consistentes; de acreditar no poder exclusivo da escola nas transformações sociais; de não aceitação do pensamento divergente e a decorrente desqualificação dos conflitos; do enaltecimento de figuras representativas do cenário educacional — geralmente masculinas e ocupantes de espaços de poder; da submissão da Educação a serviço de interesses de grupos políticos. Assim, conseqüentemente, no sentido que P. Bordieu (1983) concebe como "habitus", a "Eschola Publica" espelha e reflete a construção de um perfil pontual de professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura. In: AZEVEDO, Fernando, **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo : INL-MEC/ Melhoramentos, 1976.
- BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983.
- CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia luz**. (Um Estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo : 1902-1918). São Paulo : FEUSP, 1989. (Tese de Doutorado). Mimeo.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. In : **Teoria e Educação**, São Paulo, n. 2, 1990.
- ESCOBAR, José Rodrigues. Histórico da Instrução Pública Paulista. In : **Educação**, São Paulo, v. 4, 1933.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In : FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira — O Brasil Republicano : Sociedade e Instituição (1889-1930)**. Rio de Janeiro. T. 3, v. 2, 1977.
- OLIVEIRA, José Feliciano. **O ensino em São Paulo : algumas reminiscências**. São Paulo : Tipografia Siqueira, 1932.
- RODRIGUES, João Lorenço. **Um retrospecto : alguns subsídios para a história pragmática do ensino público de São Paulo**. São Paulo : Instituto Ana Rosa, 1930.